

**BANDEIRAS NEGRAS CONTRA CAMISAS VERDES:  
ANARQUISMO E ANTIFASCISMO NOS JORNAIS  
A PLEBE E A LANTERNA (1932-1935)**

André Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar a luta antifascista dos anarquistas de São Paulo entre os anos de 1932 e 1935, tomando como fontes de estudo as edições de *A Plebe* e *A Lanterna*, que foram os dois principais periódicos libertários que circularam no período. A partir da análise desses jornais, busca-se compreender qual foi a atuação antifascista dos anarquistas nesse contexto histórico de expansão e fortalecimento dos movimentos políticos de extrema direita, evidenciando tanto o que realizaram de forma autônoma, quanto os episódios da luta antifascista em que participaram em conjunto com outros grupos políticos de esquerda, como na ‘Batalha da Praça da Sé’, em sete de outubro de 1934.

**Palavras-Chave:** anarquismo; antifascismo; *A Plebe*; *A Lanterna*; esquerdas.

**BLACK FLAGS AGAINST GREEN SHIRTS: ANARCHISM  
AND ANTIFASCISM IN THE NEWSPAPERS  
A PLEBE AND A LANTERNA (1932-1935)**

**Abstract:** The purpose of the current article is to examine the anti-fascist struggle of the anarchists in São Paulo between the years 1932 and 1935, based on the editions of *A Plebe* and *A Lanterna* – the two main libertarian periodicals which circulated in this period. Once analyzed, it makes an effort to understand what were the anti-fascist procedures taken by the anarchist at this historical background – noticeable by the expansion and strengthening of far-right political movements – evidencing both what they have performed autonomously and the anti-fascist struggles episodes which they have taken part along with others left-wing political parties, as seen in the ‘Battle of the Sé Square’ (Batalha da Praça da Sé) on October seventh, 1934.

**Keywords:** anarchism; anti-fascism; *A Plebe*; *A Lanterna*; lefts.

---

\* Esse artigo é resultado da pesquisa que desenvolvi no Mestrado (2017). O trabalho contou com financiamento da CAPES.

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: andre\_rskt@hotmail.com

## Introdução

O presente artigo tem por finalidade analisar a resistência antifascista nos jornais anarquistas *A Plebe* e *A Lanterna* nos anos 1930. Os estudos a respeito do anarquismo no Brasil nesse período não são tão abundantes, se comparados com os existentes no início do século XX, época que é considerada como auge da ideologia anarquista no movimento operário brasileiro. As décadas de 1920 e 1930, ao contrário, são consideradas um período de declínio da mobilização anarquista no Brasil.

Mas é importante observar que os dois jornais analisados, que já tinham circulado em momentos anteriores, voltam a ser editados exatamente no início da década de 1930 e mantêm suas publicações por mais de dois anos seguidos. A leitura das fontes mostra que os anarquistas estiveram envolvidos em diversas atividades de militância, como comícios, reuniões, conferências públicas e organização de sindicatos. Por meio dos jornais, também pode-se compreender que uma das principais preocupações dos anarquistas nesse período foi a ascensão dos fascismos e, conseqüentemente, a tentativa de criar meios para promover a resistência antifascista.

Nesse sentido, a nossa análise se concentra na articulação da luta antifascista por parte dos anarquistas de São Paulo, tomando como fontes de estudo os dois principais periódicos libertários que circularam no período.<sup>2</sup> Esses jornais foram escolhidos porque identificamos que existia uma forte vinculação entre seus grupos editores. Observou-se, pela leitura dos periódicos, que ambos contavam com muitos colaboradores em comum; não raro, publicavam artigos de proeminentes militantes do período, como Edgar Leuenroth, Maria Lacerda de Moura, Florentino de Carvalho e José Oiticica.

Em nosso estudo buscamos entender o pensamento e a atuação antifascista dos libertários em suas especificidades no contexto brasileiro do início da década de 1930, sem partir da ideia de que esse teria sido um período de quase inexistência do movimento anarquista no Brasil.

---

<sup>2</sup> Na década de 1930, outras publicações anarquistas também circularam em São Paulo, como *Alba Rossa*, *I Quaderni Della Libertá*, *O Trabalhador* e *O Trabalhador da Light*, mas no geral foram jornais pequenos e com uma publicação irregular, alguns com uma única edição. Dessa forma, a nossa pesquisa recaiu em *A Plebe* e *A Lanterna*, que conseguiram manter uma publicação regular e que ultrapassavam 3.500 números impressos a cada edição.

Durante muito tempo a historiografia que abordou a presença do anarquismo no Brasil privilegiou a ação dos libertários dentro do movimento operário da Primeira República. Importantes obras, publicadas nos anos de 1960 a 1980, buscaram mostrar que as mobilizações trabalhistas de grande vulto entre 1917 e 1920 demonstraram o apogeu do anarquismo, mas também suas debilidades teóricas, ao não compreenderem a relevância da formação de um partido político para dirigir os trabalhadores de forma mais centralizada e organizada. Com essa perspectiva, o historiador Boris Fausto (1977) definiu as causas que levaram o movimento anarquista ao declínio,

Os anos de 1917-1920 serão os anos do anarquismo e de sua crise. Centro do debate ideológico, os libertários prevalecerão no movimento operário, na maioria das ações coletivas. Isto equivale a dizer que não amadureceram na etapa de ascenso da conjuntura as condições que permitiram colocar o problema da construção de um partido (FAUSTO, 1977: 174).

Por muito tempo, os pesquisadores que analisaram os movimentos sociais, principalmente os ligados a vertentes marxistas, observaram o anarquismo como uma ideologia ligada aos trabalhadores urbanos e rurais de países que ainda não estavam plenamente inseridos na produção industrial entre o século XIX e início do XX, como Itália, Espanha e Portugal. Em contraposição, o comunismo era apresentado como uma corrente com embasamentos científicos mais profundos e, portanto, vinculado ao movimento operário dos países mais desenvolvidos<sup>3</sup>. Dentro dessa perspectiva, ao passo que ocorria o desenvolvimento industrial e o amadurecimento intelectual dos próprios trabalhadores, o anarquismo logicamente tendia a entrar em decadência e abrir espaço para que o comunismo ascendesse como principal corrente no movimento operário.

Para os historiadores brasileiros correligionários a essa interpretação, o anarquismo em território nacional começou a ser superado pelo comunismo em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), tendo entre seus fundadores ex-militantes libertários, como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, que foram capazes de compreender a

---

<sup>3</sup> O historiador Eric Hobsbawm (1983: 143), em seu livro *Rebeldes Primitivos*, chegou até mesmo a mencionar que o anarquismo clássico era um tipo de movimento camponês, praticamente incapaz de se adaptar de forma prática às condições modernas do mundo capitalista.

necessidade da formação de um partido político revolucionário para atuar como vanguarda da classe operária.

Contudo, essa visão que aponta o anarquismo como uma ideologia vinculada a países subdesenvolvidos industrialmente, nos quais os trabalhadores ainda não estariam plenamente maduros para o comunismo, tem sido alvo de críticas. O historiador Claudio Batalha (2013), por exemplo, ressalta que tanto o anarquismo quanto o socialismo eram correntes presentes no movimento operário e, no caso brasileiro, a preferência maior de muitos trabalhadores pelo anarquismo ao invés de um socialismo de cunho marxista durante a Primeira República se deve muito mais às condições políticas do país do que a questões atreladas ao desenvolvimento industrial, pois era difícil para as correntes de esquerda, voltadas à participação dos trabalhadores na política por meio do processo eleitoral, lograr êxito no Brasil daquela época, em que as condições para o voto eram extremamente limitadas (BATALHA, 2013: 172).

A tese de que o anarquismo entrou em declínio nos anos 1920, com o surgimento do movimento comunista, chegando praticamente a se extinguir na década seguinte, sempre esteve muito presente na historiografia brasileira, sendo que só a partir da década de 1990 começaram a aparecer os primeiros trabalhos acadêmicos que analisavam especificamente o movimento anarquista após a Revolução de 1930. Antes desse período, fora os trabalhos do militante anarquista Edgar Rodrigues, o movimento anarquista nos anos 1930 geralmente aparecia de forma indireta em algumas obras que abordam a história do PCB, as origens da legislação trabalhista no Brasil, o movimento operário e o sindicalismo.

O historiador Edgard Carone (1989), ao analisar a história do movimento operário brasileiro do período que vai do findar do século XIX até a década de 1930, em seu livro *Classes sociais e movimento operário*, destaca que o anarcossindicalismo vinha entrando em decadência desde os anos 1920, frente à expansão do movimento comunista. Para Edgard Carone, os anarquistas de São Paulo teriam se refugiado na Federação Operária de São Paulo (FOSP) nos anos 1930, que era um dos seus últimos redutos, contando apenas com o apoio de algumas parcelas dos trabalhadores manuais e pequenos sindicatos, não representando assim nenhuma ameaça direta para as outras correntes: “Estes sinais da ação anarcossindicalista não compravam a renovação de sua vitalidade anterior, pois,

continuamente, eles perdem terreno para os comunistas e reformistas” (CARONE, 1989: 75).

No entanto, em outros estudos que enfocam a ascensão da organização sindical corporativista no Brasil e as origens da legislação trabalhista, os anarquistas não são vistos como tão inexpressivos. O sociólogo Azis Simão (1966), ao pesquisar as mudanças nas relações entre os sindicatos e o estado de São Paulo na década de 1930, evidenciando a interferência governamental cada vez maior nas questões trabalhistas, aponta que os anarquistas organizados em torno da FOSP foram um dos grupos presentes no movimento operário que mais resistiram à sindicalização oficial e que, nesse período, continuavam a formar uma força bastante significativa entre os trabalhadores organizados, talvez até maior do que os comunistas.

A Federação Operária de São Paulo, mantendo sua antiga orientação, constituía-se de muitos antigos sindicatos, particularmente da capital, em número de 22 no mínimo. Contavam-se entre eles, os grêmios dos operários dos industriais de chapéus, calçados, vidros, ladrilhos, ferro, panificadoras, trabalhadores nos transportes urbanos e ferroviários, da construção civil e na metalurgia. A Federação Sindical Regional, seção do sindicalismo vinculado ao partido comunista constituía-se de alguns outros sindicatos ou frações sindicais, não se tendo dados disponíveis quanto ao seu número (SIMÃO, 1966: 170).

Já o sociólogo Ricardo Antunes (1982), ao analisar as lutas grevistas e sindicais brasileiras entre 1930 e 1935, buscando verificar em que medida expressava uma ‘consciência de classe’ dos trabalhadores, destaca que o anarquismo vinha sofrendo um descenso gradativo desde a década de 1920, deixando de ser a corrente hegemônica no movimento operário, mas, mesmo assim, na década de 1930 continuava sendo um movimento bastante expressivo entre os trabalhadores organizados de São Paulo.

Os anarco-sindicalistas, de atuação combativa desde os primeiros anos do século XX, encontravam-se então em situação diversa daquela fase, já num período de efetivo descenso; sua presença no seio da massa operária não mais se dava de forma hegemônica. Porém pesquisas efetuadas nas categorias mais significativas do operariado em São Paulo mostrou que não é verdadeira a afirmativa segunda a qual os anarco-sindicalistas eram uma força secundária no início dos anos 30; ao contrário, pelo menos até 1934, eles ainda constituíam força significativa em termos de penetração

no movimento sindical. Articulados e dirigidos pela Federação Operária de São Paulo (FOSP) –entidade existente desde décadas anteriores- os anarco-sindicalistas repudiavam as normas restritivas impostas pelo Estado no início do governo Vargas (ANTUNES, 1982: 103).

No que diz respeito à atuação dos anarquistas no Rio de Janeiro, destaca-se a obra *Invenção do Trabalhismo* de Ângela de Castro Gomes (1988), pelo qual a autora, ao analisar a formação do Trabalhismo no Brasil, não deixou de ter em vista a importância que o anarquismo teve no movimento operário em território nacional, sobretudo do Rio de Janeiro. Para Gomes o anarquismo teve uma importante atuação dentro dos sindicatos e dos movimentos grevistas no Rio de Janeiro durante praticamente toda a Primeira República, mas acabou entrando em declínio a partir da década de 1920, não somente por causa da ascensão do movimento comunista, mas, sobretudo, pela repressão, deportação de militantes estrangeiros e, posteriormente, pelo surgimento do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, que veio a fomentar a sindicalização oficial.

Esses estudos, mesmo que indiretamente, já apontavam a existência do movimento anarquista na década de 1930. Contudo, a partir dos anos 1990, com a parcial abertura dos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Social de São Paulo (DEOPS/SP), em 1995, os pesquisadores tiveram novas oportunidades de estudos. Temas como a repressão desenvolvida pelo Estado contra os opositores ao sistema e também as formas de resistência articuladas pelos sujeitos perseguidos pela polícia política puderam, então, ser analisados por meio dos prontuários policiais que procuraram investigar os militantes, jornais e organizações anarquistas. A partir disso começou a haver um maior interesse de alguns pesquisadores acadêmicos pelo estudo do movimento anarquista nos anos 1930 em específico.

Um desses trabalhos acadêmicos que começou a se valer dos arquivos do DEOPS/SP para o estudo do movimento anarquista é o livro *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*, de Raquel de Azevedo (2002). No livro, a autora analisou, por meio dos prontuários policiais, jornais libertários e periódicos da grande imprensa, a presença do anarquismo no movimento operário de São Paulo; a resistência libertária na luta pela autonomia sindical, pautando a luta dos anarquistas articulados em torno da FOSP contra as leis trabalhistas, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e a

caderneta de trabalho obrigatória.<sup>4</sup> Na referida obra, a autora também investigou as atividades culturais, imagens e formas de atuação que compunham a identidade anarquista.

No que se refere à resistência dos anarquistas perante os meios repressivos do Estado, destaca-se o livro *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*, da historiadora Lucia Parra (2003), que estudou os métodos utilizados pela ação estatal para reprimir e investigar os anarquistas, tendo por base os acervos do DEOPS/SP e também a análise de alguns dos periódicos libertários que circularam nesse período, como *A Lanterna*, *A Plebe* e *O Trabalhador*, que buscaram resistir frente à repressão.

Ainda a respeito da repressão ao anarquismo, Rodrigo Rosa da Silva (2005), em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*, também analisou, por meio dos acervos do DEOPS/SP, a repressão estatal contra o movimento anarquista, mas com maior enfoque nos jornais, livros, panfletos e nas demais publicações libertárias, que foram perseguidas e apreendidas pela polícia.

Em anos mais recentes, Lucia Parra (2014), em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Leituras Libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930*, procurou investigar a circulação de livros, a leitura e suas práticas entre os anarquistas de São Paulo na década de 1930, bem como a formação do acervo da biblioteca do Centro de Cultura Social (CCS) e a sua importância para as práticas culturais que ocorriam nesse espaço libertário, como palestras, reuniões, leituras comentadas, atividades teatrais e cursos.

No entanto, fora dos estudos acadêmicos, como já havíamos dito anteriormente, existem alguns livros do militante e escritor anarquista Edgar Rodrigues, publicados principalmente na década de 1970, que investigam especificamente o movimento anarquista após a década de 1920. No livro *Novos Rumos: pesquisa social (1922-1945)*, por exemplo, Edgar Rodrigues analisa o movimento anarquista do período que vai dos conflitos iniciais entre comunistas e libertários no início da década de 1920 e até 1946, quando, após o período ditatorial do governo de Getúlio Vargas, ressurge o Centro de Cultura Social e surgem alguns periódicos anarquistas pelo país, como *Remodelações* de José Oiticica.

---

<sup>4</sup> O livro de Raquel de Azevedo é fruto de sua Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1996.

Seguindo os caminhos trilhados por essas obras que apontam que existiu um importante movimento anarquista em São Paulo mesmo após o início da década de 1920, o nosso trabalho tem o intuito de contribuir para o desenvolvimento dos estudos do movimento anarquista na Brasil da década de 1930, ao analisar a atuação antifascista dos anarquistas paulistas entre 1932 e 1935.

O antifascismo anarquista é um tema muito pouco estudado, geralmente são feitas apenas algumas menções ao assunto em trabalhos que enfocam o período. O historiador Alexandre Samis (2014), em seu artigo: *Anarquistas e sindicalista revolucionários na luta antifascista (1933-1935)*, por exemplo, analisou dois episódios da luta antifascista em São Paulo, em que os anarquistas e a FOSP tomaram parte. Um foi o violento confronto entre integralistas e antifascistas na Praça da Sé, em 7 de outubro de 1934, e o outro foi o comício de 29 de junho de 1935, no salão da Federação Espanhola, no qual os libertários debateram acerca do posicionamento que deveriam tomar frente à luta antifascista articulada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Mas apesar de ser uma importante contribuição, o texto de Alexandre Samis fica restrito a apenas dois eventos, o que o impede de ter uma dimensão mais ampla a respeito da luta antifascista empreendida pelos anarquistas nesse período.

Já no caso do trabalho de João Fábio Bertonha (2012), que averiguou as lutas dos anarquistas antifascistas italianos nas Américas, a partir de suas redes transnacionais de conexões, o autor se refere aos anos 1920 e 1930 como um período de decadência do anarquismo em território brasileiro, o que teria impossibilitado os libertários de formarem uma forte resistência dentro do antifascismo vinculado à colônia italiana radicada no Brasil.

No caso brasileiro, por exemplo, os anarquistas tinham forte presença antes da Primeira Guerra Mundial, mas estavam em decadência nos anos 1920 e 1930 e receberam poucos companheiros nesse período, além de viverem em um país cada vez mais inóspito para a esquerda. Por isso, eles sempre foram minoritários dentro do antifascismo, predominantemente socialista, e não formaram jamais grupos ou movimentos autônomos capazes de lhes dar mais expressão política (BERTONHA, 2012: 276).

Mas se é verdade que os anarquistas tiveram pouca expressão no antifascismo vinculado à comunidade italiana, não se pode esquecer de que, principalmente em São Paulo, pelo menos até 1935, os libertários de uma forma geral ainda possuíam seus

periódicos, seus centros culturais e continuavam ativos na militância sindical, principalmente por intermédio da Federação Operária de São Paulo (FOSP). E nesse período também foi desenvolvida uma série de atividades de caráter antifascista, como comícios, reuniões e atos públicos contra o fascismo.

Na década de 1930, os jornais analisados já possuíam uma vasta tradição libertária na cidade de São Paulo, marcada por vários anos de circulação nos meios operários, anarquistas e anticlericais. *A Lanterna* era um importante jornal anarquista e anticlerical, que, apesar das inúmeras interrupções, foi publicado entre os anos de 1901 e 1935, sendo considerado como um dos veículos mais consistentes do anticlericalismo libertário. Durante as três primeiras décadas do século passado, quando os anarquistas eram um dos grupos mais atuantes no movimento anticlerical, essa publicação libertária foi uma das que mais se preocupou em denunciar as práticas imorais de diversos clérigos, o ensino religioso nas escolas, a intromissão da Igreja na vida cotidiana, dentre outras inúmeras críticas ao catolicismo.

O jornal surgiu em 1901 vinculado à Liga Anticlerical de São Paulo, que financiava suas impressões e possibilitava a distribuição gratuita do periódico, cujos custos também eram pagos por auxílios via subscrição voluntária e anúncios comerciais, que apareciam na quarta e última página do periódico. A publicidade incluía diversos produtos e serviços, como farmácias, remédios e dentistas, advogados, tipografias e loterias. Na sua primeira fase de publicação, o jornal circulou entre 1901 e 1904, quando deixou de ser editado por motivos de conflito dentro do grupo editorial.

Nessa sua primeira fase, *A Lanterna* teve o advogado Benjamim Mota como o seu diretor, que era considerado como um dos mais importantes anarquistas brasileiros do período, desde que havia publicado, em 1898, o livro *Rebeldias*, um dos primeiros livros de autor brasileiro acerca do tema do anarquismo<sup>5</sup>.

Após parar de ser editada, em 1904, *A Lanterna* só voltou a circular em 1909, quando os anarquistas Edgard Leuenroth e Benjamim Mota se associaram para retomar com a publicação do jornal; mas como a “vida das folhas que representavam resistência a

---

<sup>5</sup> Nesse livro, Benjamim Mota escreveu: “De rebeldia em rebeldia contra as mentiras e contra as hipocrisias cheguei até o anarquismo, abracei o ideal mais humanitário que existe nas sociedades modernas, preocupando a atenção dos sábios, dos literatos e principalmente do proletariado, a eterna vítima do regime burguês” (TOLEDO, 1993: 51).

poderes constituídos era sempre muito difícil, por sua própria natureza”, pararam com as publicações em 1916 (KHOURY, 2016: 118). Nessa segunda fase, o jornal lançou duzentas e noventa e três edições, que saíam geralmente de forma semanal.

Edgard Leuenroth foi o redator chefe de *A Lanterna* entre a segunda e a terceira fase de publicação. Ele nasceu no ano de 1881, em Mogi Mirim, interior do Estado de São Paulo, vindo a falecer em 1968, na capital paulista, vítima de câncer hepático. Esse militante é considerado um dos nomes mais importantes do movimento anarquista do século passado, devido a sua intensa atuação tanto no movimento operário quanto na imprensa libertária, redigindo e colaborando com vários jornais, dentre os quais se destacam: *A Lanterna* (1901-1935), *A Terra Livre* (1905-1910), *A Plebe* (1917-1951) e *O Libertário* (1960-1964). Durante toda a sua vida, Leuenroth dedicou-se a atividades ligadas à imprensa, atuando como jornalista, arquivista, tirador de provas, colaborador, etc.

O jornal, após encerrar as suas atividades, em 1916, só voltou a circular novamente entre 1933 e 1935, período que compreende a nossa pesquisa e a sua terceira e última fase de publicação. Durante esses anos, o periódico publicou quarenta e oito edições, que apareciam geralmente de forma quinzenal, primeiramente às quintas-feiras e depois aos sábados, com um total de onze mil exemplares impressos a cada edição. O jornal era editado em quatro páginas e abaixo do cabeçalho na primeira parte aparecia a seguinte frase: “Jornal de Combate ao Clericalismo”.

Já o periódico *A Plebe* surgiu em 1917, durante os movimentos grevistas que marcaram esse ano. O jornal veio a substituir *A Lanterna*, que havia deixado de circular no ano anterior. Edgard Leuenroth, que tinha sido o redator de *A Lanterna*, passou a dirigir *A Plebe*, que contava com a participação de outros conhecidos militantes anarquistas como Astrogildo Pereira e José Oiticica. Apesar dos inúmeros momentos de interrupção, esse jornal foi publicado entre anos de 1917 e 1951.

A primeira fase de publicação de *A Plebe* ocorreu entre os anos de 1917 e 1924, com um total de duzentos e noventa e um números publicados. Nesse período, o jornal deixou de circular em alguns momentos, devido à repressão, principalmente na conjuntura de 1917 e 1920, marcada por inúmeros movimentos grevistas e, conseqüentemente, pela perseguição aos militantes do movimento operário e seus órgãos de imprensa.

A *Plebe* não circulou entre 1924 e 1926, pois esses anos foram marcados pela intensificação da repressão aos grupos de esquerda, devido ao estado de sítio decretado pelo então presidente Artur Bernardes (FOOT HARDMAN, LEONARDI, 1991). Dessa forma, o jornal só voltou a ser editado em 1927, mas deixou de circular nesse mesmo ano, com um total de treze números publicados. Durante essa segunda fase de publicação, destacam-se os artigos a respeito das prisões e mortes dos anarquistas que foram mandados para a Colônia Clevelândia e também os textos de confronto com os militantes comunistas.

Após encerrar as suas atividades em 1927, *A Plebe* voltou a circular entre os anos de 1932 e 1935, período que compreende a nossa pesquisa e a terceira fase de publicação do jornal. Durante esses anos, o periódico publicou cento e duas edições, que apareciam de forma semanal, com uma tiragem que variava entre 4.000 e 4.500 exemplares a cada edição. O jornal era editado em quatro páginas, e no cabeçalho, abaixo do nome do jornal na primeira página, aparecia a seguinte frase: “Periódico Libertário”.

No período analisado, Edgard Leuenroth não foi o redator chefe de *A Plebe*, mas outro reconhecido militante anarquista, Rodolpho Felipe. Esse militante nasceu em Bragança Paulista, interior de São Paulo, no ano de 1892, e durante praticamente toda a sua vida, esteve envolvido em atividades sindicais e anarquistas, atuando inclusive como diretor de vários periódicos libertários, como *La Barricata*, *Germinal*, *Guerra Social e A Plebe*.

Durante a década de 1930, os jornais analisados estiveram entre os jornais operários que se opuseram com veemência ao projeto corporativista da Era Vargas, em defesa dos princípios que regiam o sindicalismo revolucionário: autonomia sindical, ação direta do movimento operário, recusa na colaboração entre as classes sociais e a negação dos benefícios sociais garantidos pelo Estado<sup>6</sup>.

Entre os anos de 1930 e 1933, ocorreram várias greves de resistência ao projeto político do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os trabalhadores organizados criticaram a lentidão e a inoperância desse órgão estatal, que não conseguia dar conta de

---

<sup>6</sup> A organização do corporativismo no Brasil está diretamente relacionada com o surgimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no ano de 1930; sendo que esse órgão público se tornou responsável por defender os interesses tanto dos patrões quanto dos trabalhadores, mas sempre tendo em vista que os interesses da nação estavam acima de qualquer grupo social. O Ministério do Trabalho também passou a ser o responsável por fazer cumprir a legislação trabalhista e por arregimentar a sindicalização oficial, como forma de garantir um antídoto ao sindicalismo revolucionário (ARAÚJO, 1994: 90-93).

fazer cumprir as leis trabalhistas (ARAÚJO, 2002). A FOSP e os jornais anarquistas denunciaram constantemente as debilidades do Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo em que incitavam os trabalhadores a conquistar, por meio da ação direta, os seus direitos sociais que eram garantidos pela legislação trabalhista, mas que na prática não eram cumpridos.

Os anarquistas que militavam na FOSP, dentre eles os redatores de *A Plebe*, identificaram o projeto corporativista brasileiro com o de outros regimes autoritários, denunciando, por exemplo, a criação do Ministério do Trabalho como uma estratégia de cunho ideológico fascista. Demonstraram que as artimanhas dos “governantes fascistas da hora atual” nada produziram de efeito sobre a classe operária do estado de São Paulo, pois os trabalhadores permaneciam organizados por meio da FOSP, seguindo contra as manobras do Ministério do Trabalho, “que com a Lei de Sindicalização, pretende amarrar os trabalhadores às conveniências políticas da burguesia” (*A Plebe*, 07/01/1933: 04).

Para desenvolver este estudo, que tem o fito de analisar não somente a atuação antifascista dos anarquistas, mas também como esse grupo interpretava as frentes únicas e a sua inserção nas lutas antifascistas do período, nos valeremos das contribuições teórico-metodológicas advindas da renovação da história política, que ocorreu principalmente a partir de 1970 e ampliou a compreensão do político. Este deixou de ser visto como “um domínio isolado” e passou a ser entendido com “uma modalidade da prática social” que “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva” (RÉMOND, 2003: 35-36).

Com essa renovação, os estudos das ideais políticas deixaram de ter a aparência de uma história somente das “grandes obras” de “grandes homens”, multiplicando-se em uma variedade de temáticas, desde a análise das ideias dos intelectuais, dos órgãos de imprensa, das fontes audiovisuais, etc. Em nossa pesquisa, que tem como um das finalidades analisar como os anarquistas compreendiam a sua participação na luta antifascista, concordamos com o historiador Michel Winock (2003), que ressalta a importância da imprensa como uma das fontes mais produtivas para se compreender as ideias das correntes de pensamento e dos grupos políticos:

Na segunda série dos objetos de estudo – a das correntes de pensamento e das famílias políticas – é de fato o jornal que constitui a fonte mais rica, a que espasa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a “doutrina” e os “fatos” (WINOCK, 2003: 282).

Diante do exposto, a seguir discorreremos a respeito da luta antifascista dos anarquistas de São Paulo na década de 1930, período em que o antifascismo no Brasil deixou de ser mais relacionado às esquerdas italianas residentes em território nacional, que se opunham ao governo de Mussolini, e se tornou algo que veio a interligar os mais diversos grupos da esquerda brasileira, como comunistas, socialistas e anarquistas, na luta contra o movimento integralista.<sup>7</sup>

### **Os anarquistas e a luta antifascista em São Paulo**

Recorrendo-se ao noticiário dos diários, folheando-se as coleções da imprensa libertária, ter-se-á conhecimento dos esforços que os anarquistas vêm desenvolvendo, ininterruptamente, na campanha antifascista. Nessa luta continuam empenhados os anarquistas, denunciando e combatendo em todas as manifestações de caráter antifascista.

Quando constituía perigo, quando era crime combater o fascismo, os libertários jamais interromperam a campanha contra esse elemento liberticida, aqui representado pelo integralismo, que tem nos anarquistas o seu maior e decidido inimigo. Ano após ano, a luta antifascista vem sendo sustentada por todos os meios, pelo movimento libertário, sempre vigilante à frente da agitação, como promotor ou participante.

Na crônica da luta antifascista no Brasil figuram os anarquistas em lugar de destaque com sua atividade em conferência, manifestações e comícios nem sempre pacíficos, bem como através de todos os meios de publicação (LEUENROTH, 2007: 106).

A citação acima foi extraída do artigo *A luta antifascista*, escrito por Edgard Leuenroth, publicado primeiramente em 1947, no jornal *A Plebe*, e republicado em 1963 no seu livro *Anarquismo: um roteiro de libertação social*. Por meio da citação, pode-se afixar que Leuenroth considerava muito relevante a atuação dos anarquistas nas lutas

---

<sup>7</sup> A Ação Integralista Brasileira (AIB), ou simplesmente integralismo, foi uma organização política criada em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado, que existiu de forma legal até fins de 1937. Em seus aspectos ideológicos, organizacionais e métodos de ação política, a AIB está inserida dentro dos partidos e movimentos fascistas “que surgiram entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933” (MAIO; CYTRYNOWISKI, 2010: 41-42).

antifascistas brasileiras, principalmente as que ocorreram na década de 1930, momento histórico marcado pelo advento dos movimentos fascistas em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, com o surgimento do integralismo.

Nos jornais analisados, as primeiras atividades antifascistas noticiadas em que os anarquistas tomaram parte datam de 1932. No geral, foram reuniões promovidas por grupos anarquistas ou socialistas, quase sempre em memória de Giacomo Matteotti ou de Errico Malatesta, que foram destacadas personalidades do antifascismo italiano.<sup>8</sup> No dia 19 de dezembro de 1932, por exemplo, o jornal *A Plebe* divulgou a seguinte nota referente a uma reunião realizada por um grupo socialista italiano em memória de Matteotti e em prol da sua esposa e dos seus filhos, que estavam sendo impedidos de sair da Itália, na qual Edgard Leuenroth e Maria Lacerda de Moura estiveram presentes como oradores:

Aberta a sessão e após algumas palavras de introdução de Francesco Frola, tomou a palavra D. Maria de Lacerda que leu longo e substancioso trabalho, estudando as origens morais e literárias do fascismo, que ela filia á literatura de Danunzio, e denunciando todos os crimes, delitos, fraudes e mentiras da cambada que desgoverna e infelicita a Itália e que pretende espalhar-se pelo mundo.

Depois do camarada Edgard também falar para esclarecer certos pontos e prevenir os trabalhadores dos manejos aqui verificados para instituir o fascismo entre nós e para que todos fiquem alerta contra o inimigo comum, e de outras explicações do amigo Frola, encerrou-se a sessão, ao que se seguiu a assinatura dos presentes em listas especiais para depois serem enviadas para Londres, ao Comitê Internacional Feminino que se constitui com o fim de arrancar aquelas vítimas á sanha do fascismo, mediante um movimento de protesto universal (*A Plebe*, 19/11/1932: 03).

No entanto, os anarquistas só começaram a se preocupar mais com a luta antifascista a partir de 1933, período marcado pela primeira marcha integralista realizada em São Paulo e também pelo surgimento da Frente Única Antifascista (FUA), que foi uma organização criada pela iniciativa da Liga Comunista (LC), mas que contou com a adesão de várias organizações de esquerda.

---

<sup>8</sup> Giacomo Matteotti foi um importante deputado, antifascista e socialista italiano. Em 1924, Matteotti, sustentado por meio de várias provas, denunciou na Câmara dos Deputados uma série de crimes que foram cometidos pelos fascistas e pouco tempo depois foi sequestrado e morto por pessoas próximas a Mussolini. Já Errico Malatesta foi um importante teórico e militante anarquista de renome internacional. Malatesta também era reconhecido por atacar o fascismo por meio dos jornais que redigiu, como o *Pensiero e Volontá*, que teve a sua sala de redação destruída pelos fascistas em 1924. Em julho de 1933 Malatesta veio a falecer vítima de ataques brônquio-pulmonares.

Durante o mês de junho de 1933, os anarquistas passaram a veicular, por meio dos seus periódicos, uma série de notícias acerca da organização antifascista que começava a ganhar fôlego em São Paulo. Uma das primeiras iniciativas de alguns libertários foi a criação de um Comitê Antifascista, que passou a publicar uma série de manifestos na imprensa anarquista e também promoveu algumas reuniões. O Comitê Antifascista, tendo a sua frente os anarquistas de São Paulo, foi criado no dia 22 de junho de 1933, por meio de uma assembleia no Salão Celso Garcia, que contou com Edgard Leuenroth e José Oiticica como principais oradores. No entanto, ao que parece, esse comitê não sobreviveu por muito tempo, permanecendo ativo somente por alguns meses.

As primeiras atividades antifascistas que os anarquistas realizaram em 1933 eram voltadas à propaganda dos perigos que os movimentos fascistas representavam para a humanidade e, conseqüentemente, as formas de combatê-los. Essas atividades eram geralmente dirigidas por figuras ilustres do movimento anarquista brasileiro, como Edgard Leuenroth, Gusmão Soler, Florentino de Carvalho e José Oiticica; este último vinha diretamente do Rio de Janeiro para dar inúmeras conferências em São Paulo.

O Centro de Cultura Social, que era o principal local de sociabilização anarquista nos anos 1930, promoveu vários comícios e conferências antifascistas, como é possível constatar no seguinte anúncio publicado em *A Plebe*:

Promovido por este Centro Cultural, amanhã, domingo, às 20 horas, o camarada G. Soler, fará uma conferência sobre o tema – O FASCISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES.

Todos os antifascistas, todos os estudiosos da questão social e em suas várias manifestações, ficam convidados a comparecer (*A Plebe*, 17/06/1933: 04).

Os anarquistas, em algumas ocasiões, foram convidados pelos “trotskistas” a participar de reuniões com outros grupos de esquerda, para buscarem estabelecer uma ação conjunta na luta antifascista; mas acabaram por se opor a qualquer possibilidade de atuarem de forma regular na Frente Única Antifascista.

O surgimento das frentes únicas está intrinsecamente relacionado à Internacional Comunista, também conhecida como *Comintern*. Os bolcheviques acreditavam que, após tomarem o poder na Rússia, seria questão de pouco tempo para que se iniciasse uma revolução socialista no âmbito mundial. Mas no início da década de 1920, quando começou

a ficar claro que o momento para a construção de um novo mundo baseado no socialismo ainda não havia chegado, o *Comintern* elaborou a estratégia de frente única dos trabalhadores, que era caracterizada pela cooperação dos partidos comunistas com os outros grupos de esquerda, procurando alcançar objetivos econômicos e políticos imediatos para a classe trabalhadora e também a influenciar os militantes de outras correntes a aderirem ao comunismo (HÁJEK, 1988: 191-193).

Entretanto, em 1929, o X Plano do Comitê Executivo do *Comintern* elaborou a tese do “terceiro período”, que consistia em declarar que o sistema capitalista estava passando por uma grave crise e como consequência estava levando a um acirramento da luta de classes, que acabaria por desencadear uma guerra imperialista (CASTRO, 2007: 431)<sup>9</sup>. Desse modo, o movimento operário deveria lutar para que essa guerra imperialista não se voltasse contra a URSS, mas se transformasse em uma guerra civil revolucionária. Portanto, como esse era um momento histórico de ascendência revolucionária, a frente única com a socialdemocracia deveria ser evitada. Esta inclusive passou a ser rotulada de “social-fascismo” pelo *Comintern*, pois seria igual ao fascismo em sua capacidade de iludir os trabalhadores na manutenção da ordem capitalista (CASTRO, 2007).

Assim, entre 1929 e 1934, as frentes únicas se não foram completamente abandonadas pelos partidos comunistas ligados ao *Comintern*, só eram aceitas quando articuladas “pela base”, ou seja, sem o contato direto com os partidos socialdemocratas, e eram voltadas principalmente para demonstrar aos militantes socialdemocratas a natureza “social-fascista” dos seus partidos.

Em contraposição ao *Comintern*, os comunistas vinculados à Oposição de Esquerda, cujo principal líder e teórico era Leon Trotsky, desde o findar da década de 1920 já estavam propondo a frente única de todos os partidos e organizações de esquerda como uma forma de combater o fascismo. Esse grupo considerava que, mesmo no caso da socialdemocracia, que se preocupava em manter a estrutura democrática e parlamentar, compará-la ao fascismo sob o rótulo de “social-fascismo” era uma grande incongruência teórica (CASTRO, 2007: 432-433). Trotsky defendia que, apesar do fascismo e da socialdemocracia serem movimentos políticos burgueses, por não buscarem uma ruptura

---

<sup>9</sup> O “primeiro período” compreenderia o período da Primeira Guerra Mundial, “a Revolução Russa e as insurreições derrotadas do imediato pós-guerra (Alemanha etc.) e o “segundo período” incluiria a NEP, na Rússia, e o refluxo revolucionário dos anos 1920” (CASTRO, 2007: 448).

completa com a sociedade capitalista por meio de uma revolução socialista, ambos possuíam divergências fundamentais, que faziam o termo “social-fascismo” não ter sentido algum:

A social-democracia que, hoje, é o representante principal do regime parlamentar burguês, apoia-se nos operários. O fascismo, porém, apoia-se na pequena burguesia. A socialdemocracia não pode ter influência, sem as organizações operárias de massa. O fascismo, porém, não pode consolidar o seu poder de outra forma senão destruindo as organizações operárias. A arena principal da socialdemocracia é o parlamento. O sistema do fascismo é baseado na destruição do parlamentarismo (TROTSKY, 1979: 150).

Desse modo, havia no movimento comunista internacional do início da década de 1930 duas tendências que buscavam interpretar e debater o conceito de frente única: os “stalinistas”, vinculados ao *Comintern*, de um lado, e, do outro, os “trotskistas” e a Oposição de Esquerda (CASTRO, 2007: 432). Esse debate durou até 1935, quando o *Comintern* veio a estabelecer, por meio do VII Congresso da Internacional Comunista, a política de “frentes populares”, que, diferentemente das “frentes únicas”, eram voltadas não somente à ação conjunta com as esquerdas, mas também com os partidos progressistas vinculados aos camponeses e à “pequena-burguesia”. As “frentes populares” foram uma importante virada tática em meio a um contexto histórico internacional bastante agitado, no qual o fascismo estava ganhando força e os perigos de uma nova guerra mundial estavam se tornando cada vez mais evidentes. Isso fez com que o *Comintern* tomasse um posicionamento menos sectário e, assim, passasse a observar nos partidos progressistas e na socialdemocracia os mais significativos aliados, sobretudo na luta antifascista (DASSÚ, 1988: 324).

De acordo com o historiador Carlo Romani (2014), um dos primeiros passos para a criação de uma frente única de luta contra o fascismo em São Paulo foi a criação do Comitê Antiguerrero, no mês de março de 1933, por meio de uma reunião no salão Lega Lombarda, promovida pela iniciativa do antifascista italiano Francesco Frola, e que contou com a adesão de militantes socialistas e comunistas. No entanto, mesmo aparecendo como uma das primeiras organizações em que poderia haver a convergência das esquerdas antifascistas, o comando do Comitê Antiguerrero acabou caindo em mãos do PCB, que o

colocou acima de seus interesses políticos em um período em que o partido estava sendo influenciado pelas teses sectárias do “terceiro período”.

O Comitê Antiguerreiro, sendo hegemônico pelo PCB, pretendia liderar os militantes de esquerda na luta contra a guerra imperialista, que surgiria em decorrência da crise estrutural do capitalismo e, para que essa guerra não viesse a atingir a URSS, mas se transformasse em uma guerra civil revolucionária; também tinha como objetivo combater a reação da direita contra as forças progressistas e, de forma subsidiária, participar da luta antifascista (CASTRO, 2007: 436).

Apesar de haver dados no prontuário do DEOPS/SP de Edgard Leuenroth mostrando que ele participou, em 03 de novembro de 1933, como orador de uma reunião promovida pelo Comitê Antiguerreiro e que conseguiu, inclusive, conter os ânimos dos “stalinistas” e “trotskistas” que partiram para a violência física durante esse encontro, a posição dos anarquistas e também da FOSP com relação a essa organização era de clara oposição<sup>10</sup>.

Em um artigo publicado em 16 de dezembro de 1933 no jornal *A Plebe*, o anarquista Pedro Catalo relatou que os comunistas haviam proposto à FOSP que participasse do Comitê Antiguerreiro, mas essa organização resolveu nem levar em consideração o presente pedido. Nesse mesmo artigo, Catalo também procurou deixar bem claro que os anarquistas e a FOSP, diferentemente dos comunistas que integravam o Comitê Antiguerreiro, nunca estariam dispostos a lutar em defesa da União Soviética.

Ôra, senhores anti-guerreiros: Si se trata de defender o proletariado russo, estamos de acordo; por isso é que somos contra o governo da Rússia, que é o Partido Comunista, que obriga os operários dali a produzirem extraordinariamente excessivo do Plano Quinquenal, enquanto protege a exploração dos "Kulaks", fazendeiros que vivem á custa do suor dos infelizes camponeses, e garante, também, os “nepman”, que são burgueses exploradores iguais os que nos exploram aqui ( *A Plebe*, 16/12/ 1933: 02).

Em contraposição ao Comitê Antiguerreiro, os anarquistas estabeleceram um contato maior com a Frente Única Antifascista (FUA), que surgiu devido aos esforços dos

---

<sup>10</sup> Os termos “stalinista” e “trotskista” eram utilizados pelos grupos comunistas para se referirem uns aos outros de forma pejorativa. (CASTRO, 2007: 448). Em nossa análise esses termos são utilizados para facilitar a distinção entre os partidários de Trotsky e Stálin.

militantes ligados à Liga Comunista (LC), que, influenciados por Leon Trotsky, buscaram desde o início do ano de 1933 criar uma frente de luta contra o fascismo, agregando todas as esquerdas de São Paulo. Como demonstra Ricardo Figueiredo de Castro (2007: 433-434), durante os primeiros meses de 1933 ocorreu um contato mais intenso entre a LC e o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB paulista), que também havia aderido à ideia da formação de uma frente de luta contra o fascismo, o que possibilitou que a FUA fosse finalmente fundada no dia 25 de junho desse ano, por meio de uma reunião no salão da Legião Cívica 5 de Julho, que contou com a participação das mais diversas organizações de esquerda da capital paulista em seu congresso inaugural.

Partido Socialista Brasileiro, Grêmio Universitário Socialista, União dos Trabalhadores Gráficos, Legião Cívica 5 de Julho, Liga Comunista Internacionalista, Partido Socialista Italiano, Bandeira dos 18, Grupo Socialista Giacomo Matteotti, jornal *O Homem Livre*, jornal *A Rua*, revista *Socialismo*, Grupo Itália Libera, Federação Operária de São Paulo, jornal *A Lanterna* e jornal *A Plebe* (ABRAMO, 2014: 36-37).

Entre os grupos mais expressivos da esquerda paulista, apenas o comitê regional do PCB não participou da inauguração da FUA, pois naquela época, seguindo as teses sectárias do “terceiro período”, não estava disposto a participar de uma organização de frente única que agregasse os mais diversos partidos e organizações de esquerda, contra os quais inclusive possuía um profundo desprezo. Além do mais, a relação do PCB com a FUA era dificultada pela existência do Comitê Antiguerreiro, que surgiu apenas alguns meses antes (CASTRO, 2007: 435-436).

No congresso de inauguração da FUA, os anarquistas propuseram que essa frente de luta fosse formada por meio da união de todos os indivíduos antifascistas e, “sob as bases da mais ampla e completa autonomia das facções, princípios e doutrinas que subdivide os homens em clubes, legiões, partidos e dissidências” (*A Plebe*, 01/07/1933: 04). No entanto, o que se constatou por meio da reunião foi que os outros grupos que aderiram à mesma eram correligionários à formação de uma frente única que congregasse os vários partidos e sindicatos de esquerda, e não que fosse formada a partir dos indivíduos antifascistas. Isso, para os anarquistas, era visto como uma incongruência, na medida em que boa parte dessas organizações eram muito pouco expressivas:

Muitos deles sem projeção na opinião pública, em nada poderiam valer a obra para a qual mais se faz sentir a necessidade de energias e de ação efetivas e, portanto numérica e voluntariosa dos indivíduos que sentem a necessidade de combater o perigo fascista sem cálculos políticos ou partidários (*A Plebe*, 01/07/1933: 04).

Os anarquistas e a FOSP, por acreditarem que a FUA deveria ser uma frente de indivíduos antifascistas e não de grupos e partidos de esquerda, apesar de demonstrarem simpatia para com essa organização, optaram por não participarem dela de forma efetiva. Mas mesmo não ocorrendo a adesão, os militantes libertários em algumas ocasiões participaram de reuniões antifascistas promovidas pela FUA e pelos grupos que a integravam, e também convidaram os antifascistas vinculados a essa organização a participarem de algumas conferências que foram promovidas pelos próprios espaços anarquistas, como o CCS.

O contato mais próximo dos anarquistas com a FUA, se comparado ao Comitê Antiguerrero, pode ser explicado porque essa era uma organização que desde o seu surgimento procurou ser constituída de forma horizontal, a partir do contato direto entre as organizações de esquerda, que eram correligionárias à luta antifascista. Enquanto que o Comitê Antiguerrero, sendo hegemonizado pelo PCB, pretendia colocar os militantes de esquerda sob a sua liderança, além de lutar por algumas causas às quais os anarquistas eram totalmente contra, como a defesa da União Soviética.

Nos meses subsequentes ao surgimento da FUA, os anarquistas passaram a promover várias atividades antifascistas e a mais representativa indubitavelmente foi a conferência anti-integralista promovida pelo CCS, no dia 14 de novembro de 1933. Essa conferência foi amplamente divulgada pela imprensa libertária, como é possível constatar por meio dos seguintes anúncios de *A Lanterna* e *A Plebe*:

Promovido pelo Centro de Cultura Social, realiza-se na próxima terça-feira, 14 do corrente, às 20 horas, no Salão Celso Garcia, á rua do Carmo, um comício de combate a influência do integralismo (fascismo nacional), no qual falarão vários oradores.

Todos os homens amantes da liberdade devem comparece a esse comício (*A Lanterna*, 09/11/1933: 02).

No dia 14 do mês corrente o Centro de Cultura Social realizará uma grande conferência anti-integralista, no Salão Celso Garcia, á rua do Carmo, 25. Serão oradores: um representante do “Homem Livre”, um elemento da corrente socialista e um elemento libertário.

Esse ato é apenas o início de uma série de iniciativas do mesmo gênero destinadas a esclarecer a classe operária e ao povo sobre o perigo que representará para o Brasil o possível domínio desta nefasta e criminosa doutrina. O perigo integralista (fascismo crioulo) é uma realidade que ninguém pode desconhecer (*A Plebe*, 04/11/1933: 04).

O objetivo dessa conferência realizada pelo CCS não era circunscrevê-la aos militantes libertários, mas atingir o máximo de pessoas que se interessassem pela luta antifascista e, por isso, convidaram como conferencistas o socialista Carmelo S. Crispino, o anarquista Hermínio Marcos e um representante do jornal *O Homem Livre*, que os jornais anarquistas não souberam divulgar o nome, a fim de que pudessem atrair os mais diversos segmentos da esquerda paulistana.

Segundo o historiador Ricardo Figueiredo de Castro, essa conferência anti-integralista não teria sido realizada pela iniciativa dos anarquistas do CCS, mas pelos militantes da FUA:

Entre novembro de dezembro de 1933, aconteceriam os maiores confrontos entre a FUA e a AIB. Em 14 de novembro, realizou-se um comício da FUA no Salão Celso Garcia, sede da Associação das Classes Laboriosas, que contou com a presença de cerca de mil participantes e sofreu a agressão de, integralistas que tentaram acabar com o evento, sem sucesso (CASTRO, 2007: 441).

Entretanto, o próprio jornal antifascista *O Homem Livre*, que detinha fortes vínculos com a FUA atestou que o comício foi promovido pelos anarquistas do CCS: “Realiza-se o comício promovido pelo “Centro de Cultura Social”, com uma concorrência que há tempos não se verifica em reuniões desse caráter, em São Paulo. Mais de mil pessoas comprimiam-se no salão, enchendo todas as suas dependências”<sup>11</sup> (*O Homem Livre*, 20/11/1933: 01).

O comício anti-integralista, assim como tinham almejado os libertários, reuniu um grande público composto por homens e mulheres pertencentes às mais diversas correntes, mas que ali estavam agrupados pelo mesmo ideal de dar combate ao integralismo. Em meio

---

<sup>11</sup> O jornal *O Homem Livre* circulou entre 1933 e 1934, e foi um dos órgãos mais consistentes dos antifascistas de São Paulo que eram vinculados a FUA (CASTRO, 2005).

à conferência aparecerem alguns integralistas a fim de tumultuar, no entanto, ao perceberem a quantidade de elementos antifascistas que ali se encontravam, retiraram-se e começaram a procurar reforços nas mediações, mas acabaram sendo repelidos por um grupo de trabalhadores. Ao final do comício, os antifascistas saíram às ruas “dando vivas às liberdades e morra o integralismo”, caminharam até a Praça da Sé, onde entoaram o hino *A Internacional* (*A Lanterna*, 23/11/1933: 04).

Após o comício, os trabalhadores que moravam no bairro do Brás, ao voltarem para suas casas, foram surpreendidos, em meio ao trajeto, por um automóvel do qual desceram diversos policiais armados que à primeira vista supunham ser integralistas. Depois de uma breve discussão entre os manifestantes e os policiais, ocorreu uma troca de tiros, o que ocasionou a prisão de alguns trabalhadores (*A Lanterna*, 23/11/1933: 04).

**Imagem I** - Comício anti-integralista de 14 de novembro de 1933.



Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 366, p. 4, 23 nov. 1933.

No começo de 1934, após o período de efervescência antifascista dos últimos meses do ano anterior, os anarquistas pareciam ter perdido o interesse em promover atividades antifascistas ou mesmo em participar das que eram realizadas por outros grupos políticos.

Em 25 de janeiro de 1934 aconteceu o único comício antifascista de grande repercussão em que os anarquistas tomaram parte antes da Batalha da Praça da Sé, no mês de outubro desse ano. Convocado por várias organizações antifascistas da capital, o comício aconteceu às 12 horas, no Largo da Concórdia, contando com uma grande adesão popular. Entretanto, a polícia interveio de forma violenta, dando fim à manifestação: “E assim, a tiros, a patas de cavalos foi disperso o comício anti-fascista e ferido o direito de liberdade popular” (*A Plebe*, 27/01/ 1934: 04).

No dia 7 de outubro de 1934 ocorreu o maior combate entre integralistas e antifascistas que a cidade de São Paulo já presenciou, a famosa “Batalha da Praça da Sé”. Nesse dia, a Ação Integralista Brasileira (AIB) pretendia realizar na Praça da Sé um ato público em homenagem ao segundo aniversário do Manifesto Integralista, mas as forças antifascistas da capital, ao saberem dessa pretensão, logo trataram de se mobilizar para, em conjunto, impedir o evento (CASTRO, 2007: 443).

Antes mesmo de os integralistas chegarem à praça, os antifascistas já estavam a postos prontos para o ataque. As forças antifascistas saíram vitoriosas no confronto, o que levou muitos integralistas a fugirem correndo pelas ruas do centro de São Paulo, despindo as suas camisas verdes a fim de evitar serem vítimas de mais agressões (SAMIS, 2014: 39-43). O jornal *A Plebe* descreveu de forma cômica a derrota dos integralistas:

Aí começou a debandada dos “camisas verdes” que, descontrolados, mandando às favas a voz do comando e a disciplina, sem mesmo se lembrarem que foram ali para jurar fidelidade ao seu “chefe nacional”, corriam abandonando as bandeiras do sigma e até os tambores de marcar passo.

(...) Ante a nova investida dos antifascistas a debandada foi geral. Grupos de “camisas verdes” desciam as ladeiras Porto Geral, Ouvidor, Rua Libero, procuravam refúgio atrás dos autos e nas casas. Muitos foram os que arrancaram a camisa e ficaram em camiseta de esporte, vendo-se, ao cair da tarde, e á noite, magotes que vieram do interior pensando que vinham para uma festa (*A Plebe*, 13/10/1934: 01).

Em decorrência da violenta luta entre antifascistas e integralistas, os anarquistas e os outros grupos de esquerda que tomaram parte no combate foram alvos de intensa perseguição. A polícia encarcerou vários militantes libertários e a própria sede da FOSP foi invadida e lacrada pelas autoridades (SAMIS, 2014: 42).

Os anarquistas, subseqüentemente, trataram de reorganizar a FOSP e buscar formas de auxiliar os militantes que foram presos em decorrência da luta antifascista, chegando até mesmo a criar o Comitê Pró Presos Sociais, que realizou algumas atividades festivas voltadas a arrecadar fundos de auxílios aos companheiros encarcerados e aos seus familiares.

A Batalha da Praça foi um evento que teve grande repercussão na opinião pública, inclusive no Distrito Federal, o que, somando-se à identificação do cadáver do jovem cartunista e militante da Juventude Comunista, Tobias Warshavsky, contribuiu para que se iniciasse uma ampla campanha de oposição à política repressiva exercida pelo Governo Vargas. O jornal carioca *A Pátria* passou a estimular a formação de uma comissão jurídica popular do inquérito para investigar de forma mais detalhada a morte de Tobias Warshavsky (CASTRO, 2007: 444)

Com a formação da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI), em novembro de 1934, *A Pátria* passou a se dedicar diariamente a dar notícias acerca das investigações e acusações de que a polícia teria sido a responsável pela morte de Tobias Warshavsky e logo começou a receber apoio de vários intelectuais que vieram se juntar à comissão. Durante o mês de novembro de 1934, as adesões à CJPI vinham principalmente do Rio de Janeiro, mas logo nos meses subseqüentes passou a receber o apoio de entidades e indivíduos de diversos estados brasileiros e estendeu as suas investigações para além do caso Tobias, passando a averiguar inúmeros casos de desaparecimentos de lideranças de organizações políticas e sindicais (CASTRO, 2007: 445).

Desse modo, a FUA se esgotava politicamente em 1934, vindo definitivamente a se extinguir após a Batalha da Praça da Sé, devido a sua desmobilização marcada principalmente pelo fim do seu principal porta-voz, o jornal *O Homem Livre*, no mês de fevereiro. Em contraposição, a CJPI vinha se fortalecendo e abrindo espaço para que a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente popular muito mais ampla do que a FUA

e o Comitê Antiguerreiro, viesse a surgir e ocupar um espaço ainda maior nas lutas antifascistas brasileiras (CASTRO, 2007: 447).

Dessa forma, a CJPI, ao conseguir aglutinar várias organizações que se sensibilizavam com a luta contra a repressão na Era Vargas e com o antifascismo, foi o núcleo do qual se originou a ANL, a mais importante organização existente no Brasil na década de 1930, que procurou combater o fascismo, o latifúndio e o imperialismo (CASTRO, 2007).

Embora existam registros de que a ANL já funcionava desde o findar de 1934, a sua fundação oficial ocorreu em 30 de março de 1935, no Rio de Janeiro, por meio de uma grande reunião no Teatro João Caetano. O programa político da ANL, a partir da sua fundação oficial, passou a ser orientado por meio das seguintes exigências básicas: fim das dívidas imperialistas, defesa das liberdades públicas, anulação de todas as dívidas agrícolas, divisão dos latifúndios entre os camponeses e defesa da pequena e média propriedade rural.

O programa político da ANL voltado a combater o latifúndio, o imperialismo e em defesa das liberdades, somado à luta que as suas seções em todo o país estavam desenvolvendo contra os integralistas, recebeu a admiração dos anarquistas; porém, com algumas ressalvas, por existirem militantes ligados ao PCB nas organizações aliancistas e também porque o comunista Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL, em seu congresso de inauguração oficial, o que não agradava em nada os libertários de São Paulo.

Em maio de 1935, começaram a aparecer artigos nos jornais analisados procurando explicar o que era a ANL, como essa organização em tão pouco de existência estava ganhando tanta repercussão no cenário político nacional e também procurando debater acerca de como os anarquistas deveriam se comportar perante as organizações aliancistas, ou seja, se deveriam aderir a elas ou não. Em 11 de maio de 1935, *A Plebe* se pronunciou pela primeira vez em relação à ANL, demonstrando que desde que permanecesse distanciada da política institucional, essa entidade talvez pudesse ser capaz de trazer muitos benefícios à população brasileira:

É um movimento em torno do qual se esboçam simpatias populares, destinado, se houver espírito de sacrifício e desprendimento, a formar um

movimento de opinião capaz de empolgar as multidões e leva-las á realização dos mais amplos conceitos da liberdade e da dignidade humana.

Estaria, pelo menos, se não for desvirtuada pelas ambições políticas, na possibilidade de realizar a mobilização das consciências para a completa emancipação de todos os imperialismos tanto nacionais e estrangeiros. (*A Plebe*, 11/05/1935: 01).

Em julho de 1935, a ANL convidou as diversas organizações antifascistas e operárias a participarem de um comício anti-integralista que iria ocorrer em São Paulo. Os anarquistas de *A Plebe* recusaram o convite e explicaram que, embora vissem de forma positiva a luta da ANL pela melhoria da situação do povo brasileiro, não podiam compactuar com essa organização, pois fiéis que eram aos princípios libertários nunca assumiriam compromissos com uma organização política, mesmo que de forma eventual (*A Plebe*, 08/07/1935: 01).

A mesma posição foi apresentada pela FOSP, que relatou que os seus princípios anti-políticos e autonomistas a impediam de firmar qualquer espécie de compromisso com a ANL ou com qualquer outra organização política. Embora rejeitando qualquer possibilidade de tomar parte no comício antifascista, a FOSP não deixou de registrar a sua simpatia para com o programa aliancista:

Considerando que a Aliança Nacional Libertadora não é uma organização faciosa; que visa, realmente, o conagraçamento de todos os que aspiram a um regime de justiça e liberdade, sem sectarismos nem paixões partidárias, esta federação, com a franqueza das suas atitudes passadas e dos princípios que a animam no presente, visando o futuro, apoia o movimento de opinião que se vem coordenando em torno do lema: “*Pão, terra e liberdade*” (*A Plebe*, 08/07/1935: 03).

Entretanto, em 29 de junho de 1935, foi realizada uma conferência no salão da Federação Espanhola para discutir qual seria a posição libertária frente à ANL, na qual é possível constatar um discurso um pouco mais crítico em relação aos aliancistas. Na presente conferência, Gusmão Soler, atuando como principal orador, procurou deixar bem claro que havia alguns pontos de contato entre os anarquistas e os aliancistas: “Eles entendem que se deve combater com energia todo o mal que nos vem de cima, o excesso de autoritarismo e a corrupção moral. Nós opinamos sempre de igual modo e continuamos

pensando assim” (*A Plebe*, 06/07/1935: 02). Mas, apesar de concordar com certos aspectos do programa aliancista, Soler receava que, influenciada por Luís Carlos Prestes, a ANL pudesse se tornar uma organização comunista, visando à conquista do poder, o que logicamente a levaria para o campo inimigo:

Mas os aliancistas acabam invocando uma solução que jamais chegará a ser eficaz. Porque o capitalismo de Estado, com Stalin ou com Luiz Carlos Prestes á frente, nunca devolverá ao homem a liberdade perdida, o direito de ser livre que esse mesmo Estado lhe roubou.

Que vós não podereis transpassar os limites de vossos pensamentos? Conformes. Nesta conformidade, antes que vos cegue a paixão ou a loucura do poder, deveis permitir que vos digamos para terminar: somos vossos amigos enquanto estejais na “oposição” (*A Plebe*, 06/07/1935: 02).

Após Gusmão Soler realizar a sua palestra, falaram Edgard Leuenroth e Florentino de Carvalho. Primeiramente, Leuenroth destacou as formas de atuação dos anarquistas e, logo em seguida, começou a combater com veemência a criação de ídolos pelos movimentos políticos e sociais, pautando que os revolucionários deveriam se agrupar em tornos de princípios e doutrinas “e nunca ao redor de nomes, por mais ilustres e íntegros que eles sejam” (*A Plebe*, 06/07/1935: 03). Segundo o historiador Alexandre Samis (2014: 38), esse posicionamento de Leuenroth era uma forma de criticar o personalismo em torno da figura de Luís Carlos Prestes, fortalecido pela ANL, o que, para os anarquistas, era um absurdo, tendo em vista que, de acordo com a perspectiva libertária, os princípios e as finalidades políticas deveriam estar sempre acima de qualquer personalidade política.

Florentino de Carvalho, por sua vez, ressaltou que o movimento anarquista antecedia a todos os movimentos revolucionários que estavam sacudindo o país nos últimos tempos e que permaneceria mesmo depois de qualquer transformação política e estatal, “pois que o seu programa, a sua finalidade filosófica e social, é, justamente acabar de uma vez para sempre com todo o princípio de autoridade moral, econômica e política do homem sobre o homem” (*A Plebe*, 06/07/1935: 02).

Dessa forma, ao final da conferência, o posicionamento dos anarquistas era bem claro: davam apoio à ANL, mas não adesões, pois, mesmo existindo alguns pontos de contato ideológico entre os anarquistas e os aliancistas, havia a desconfiança com relação à presença de Prestes na ANL, bem como o receio de que, com o tempo, essa organização pudesse vir a buscar o poder político institucional, o que contrariava o programa

revolucionário anarquista pautado na aniquilação completa de todo o aparato estatal. Essa posição aparece da seguinte maneira em *A Plebe*:

Nosso mundo está no porvir, mais além da arca santa da propriedade, por cima de todos os tabernáculos autoritários, a incomensurável altura sobre o monte em que foram achadas as tábuas da lei. Queremos chegar até ao fim com a teoria de Proudhon: desalojar os homens de seus castelos feudais, derrubar dos altares os deuses, porque em meio á vida, e não entre quatro paredes, que aspiramos a viver.

Nós, amigos da aliança, não somos reconstrutores do que está afundando, somos homens de ideias... Abandonamos essa sociedade a que vós no momento de agonia, vos abraçais com desespero.

Vós tentais uma recomposição desta máquina inútil. Nós, os anarquistas, estamos em marcha para a verdadeira revolução. O nosso norte, o nosso horizonte de luz é a liberdade (*A Plebe* 06/07/1935: 02).

Mesmo não ocorrendo a adesão, os anarquistas demonstraram solidariedade para com a ANL quando esta foi posta na ilegalidade pelo governo Vargas, em julho de 1935,<sup>12</sup> e as suas seções e os militantes foram amplamente reprimidos: “O fechamento das sedes da ANL é um atentado às liberdades publicas, contra a qual lançamos o nosso protesto, o protesto sincero dos que amam a liberdade de pensamento mais do que a própria vida” (*A Plebe*, 20/07/1935: 01).

Além dos debates em torno da ANL, os anarquistas, no ano de 1935, também voltaram a realizar algumas atividades de conscientização acerca dos perigos que os movimentos fascistas representavam para a humanidade, tendo novamente o CCS como o principal espaço para a realização dos comícios e conferências, como se pode observar no seguinte anúncio de *A Plebe*:

O camarada Oiticica vai realizar uma série de conferências, sendo a primeira hoje a noite, ás 20 ½ horas, no Centro de Cultura Social, á rua Quintino Bocaiúva, 80.

O tema da conferência desta noite “O Estado Totalitário”, é de grande atualidade, e o camarada Oiticica, com aquela clareza que lhe é peculiar, vai, certamente, analisar as causas que determinam a burguesia lançar mãos dos governos tirânicos das ditaduras fascistas, que, em toda órbita do planeta, dão mostras de pretender abafar em sangue as concepções de liberdade (*A Plebe*, 05/01/1935: 01).

---

<sup>12</sup> A ANL foi decretada ilegal em julho de 1935, após Prestes pronunciar o famoso discurso de 5 de julho, no qual criticava o governo de Vargas e clamava pela formação de um governo popular revolucionário. Como uma organização de massas não consegue resistir na ilegalidade, “a Aliança esvaziou-se e a partir daí Prestes e o PCB passaram a dominar a organização” (VIANNA, 2007: 87).

Os anarquistas, nesse mesmo ano, também participaram de forma eventual de algumas atividades antifascistas promovidas por outros grupos políticos. No dia 27 de outubro de 1935, por exemplo, os militantes libertários tomaram parte em um comício antifascista no Parque D. Pedro, que havia sido convocado pelo Partido Socialista de São Paulo. O comício foi realizado em contraste ao congresso integralista que estava acontecendo em recinto fechado no Cassino Antarctica, protegido por forças policiais nas mediações (*A Lanterna*, 02/11/1935: 01). Segundo o jornal *A Plebe*, o comício antifascista foi exitoso e contou com uma ampla adesão popular. Ao final do evento, todos retornaram para as suas casas tranquilamente, sem que ocorressem as rotineiras violências policiais ou confrontos nas ruas com os integralistas (*A Plebe*, 09/11/1935: 04).

No entanto, a luta antifascista desenvolvida pelos anarquistas veio a ser desarticulada após novembro de 1935. Como se sabe, os levantes de novembro de 1935 que eclodiram em Natal, Rio de Janeiro e Recife, foram usados como um pretexto pelo governo para iniciar uma ampla repressão contra as esquerdas, sendo que comunistas, democratas e opositores ao governo Vargas em geral foram violentamente reprimidos. Os anarquistas, mesmo não tendo participado dos levantes, não foram poupados da repressão; muitos militantes, como Edgard Leuenroth e Rodolpho Fellippe, foram presos, os jornais libertários foram empastelados e vários sindicatos vinculados à FOSP tiveram as suas sedes invadidas e fechadas pelas forças policiais.<sup>13</sup> Dessa forma, com a intensa repressão policial, o Estado conseguiu minar as forças das esquerdas e, conseqüentemente, desarticular o movimento anarquista e destruir a luta antifascista que era empreendida pelos militantes libertários de São Paulo.

## Conclusão

---

<sup>13</sup> De acordo com a historiadora Marly de Almeida G. Vianna (2007: 76-77), mesmo ocorrendo a participação de militantes comunistas nos levantes de 1935, tais acontecimentos ocorreram por motivações internas e não por ordens do Comintern, como muitos autores têm afirmado: “Apesar das evidências de que os levantes se deram por motivações essencialmente internas, entre outras coisas pela tradição de luta armada da sociedade brasileira e pelos traços tenentistas fortemente presentes em Prestes-mesmo depois da adesão ao comunismo-, alguns autores ainda sustentam a tese das ordens de Moscou”. Dessa forma, em nosso estudo utilizamos o termo “levantes de novembro de 1935” e não “Intentona Comunista”.

No início da década de 1930, os militantes anarquistas procuraram em vários momentos dar colisão à ameaça advinda da extrema direita, que em território brasileiro era representada pelo integralismo que, mesmo não tendo chegado ao poder, era o maior movimento fascista que se encontrava fora da Europa.

Em âmbito nacional, o estado de São Paulo se destacava como um local em que o movimento anarquista ainda era bastante expressivo nos anos 1930 e, justamente por isso, foi onde o antifascismo vinculado aos libertários revigorou com mais intensidade. Dessa forma, por meio da análise dos jornais *A Plebe* e *A Lanterna*, buscou-se, ao longo do presente artigo, compreender o antifascismo anarquista em São Paulo entre os anos de 1932 e 1935, período marcado por importantes confrontos entre os antifascistas e os integralistas e também pela internacionalização da luta antifascista, após a ascensão do nazismo na Alemanha.

Por meio do presente estudo conseguiu-se identificar que a luta antifascista dos anarquistas ocorreu diversas vezes de forma autônoma. Nos momentos de maior intensidade do antifascismo em âmbito nacional, como, por exemplo, da criação da FUA em 1933, os anarquistas procuraram criar pequenos comitês antifascistas a fim de que não precisassem se filiar a outros grupos para dar combate ao integralismo. A autonomia dos anarquistas na luta antifascista também pode ser notada em suas diversas reuniões e conferências que aconteceram em espaços libertários, as quais eram destinadas exclusivamente ao público anarquista.

Entretanto, mesmo que os anarquistas não tenham participado de forma efetiva das organizações de frente única, em dadas ocasiões a luta antifascista dos libertários também aconteceu em conjunto com outros grupos de esquerda. De forma eventual, os militantes anarquistas foram convidados por outros grupos a participarem de reuniões, comícios e atos públicos antifascistas, que contaram com elementos pertencentes às mais diversas correntes, como “trotskistas”, “stalinistas” e socialistas. Os militantes libertários, por sua vez, em algumas ocasiões também convidaram pessoas vinculadas a outros grupos a tomarem parte em algumas de suas atividades antifascistas, para que pudessem atingir um maior público que se interessasse pela luta contra o fascismo.

Desse modo, é mister concluir que no início da década de 1930 os anarquistas tiveram uma importante atuação em diversas conferências, reuniões e atos públicos

antifascistas. Nesse período, ao contrário da ideia de decadência do anarquismo nos anos 1920 e 1930, os militantes libertários em São Paulo ainda possuíam seus espaços político-culturais, como o CCS; seus órgãos de imprensa exerciam um papel predominante na FOSP, que era uma das principais organizações sindicais do estado; e em muitos momentos procuraram participar ativamente da luta antifascista.

## **Bibliografia**

ABRAMO, Fúlvio. *A revoada das galinhas verdes: uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *Construindo o consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1994.

\_\_\_\_\_. Estado e trabalhadores. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

AZEVEDO, Raquel. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo; Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Teses e Monografias, v. 3).

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BERTONHA, João Fábio. Anarquistas italianos nas Américas: a luta contra o fascismo entre o velho e o Novo Mundo (1922-1945). *História Social* (UNICAMP), v. 22/23, p. 270-293, 2012.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (1933-34). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *A formação das tradições (1881-1945)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 429-452.

DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo: O marxismo na época da*

Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 293-336.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo: O marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos: Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociais em los siglos XIX y XX*. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leunroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *A formação das tradições (1881-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo. Roteiro de Libertação Social*. São Paulo: Achiamé, 2007.

MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MAIO, Marcos; CYTRYNOWISKI, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PARRA, Lucia Silvia. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

\_\_\_\_\_. *Leituras libertárias: cultura anarquista em São Paulo dos anos 30*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. RJ: Editora FGV, 2003.

ROMANI, Carlo. Italianos, antifascismo e perseguição política na Era Vargas. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da, GONÇALVES, Leandro Pereira (org.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Maud x: Faperj, 2014.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. Anarquistas e sindicalistas revolucionários na luta antifascista (1933-1935). In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (org.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad x: Faperj, 2014.

SILVA, Rodrigo Rosa. *Imprimindo a resistência: A imprensa anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. RJ: Editora FGV, 2003.

### **Fontes e arquivos consultados**

A LANTERNA. São Paulo, 1933-1935. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo.

A PLEBE. São Paulo, 1932-1935. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

O HOMEM LIVRE. São Paulo, 1933-1934. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo.

**Recebido em:** 24 de agosto de 2017

**Aceito em:** 20 de outubro de 2017